

DEFESA EM AÇÃO PENAL - LEI MARIA DA PENHA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE _____

Processo nº: _____

DEFENSOR: _____

OAB: _____

DEFENDIDO: _____

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

Documento de Identidade (RG): _____

CPF: _____

Endereço Completo: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

DEFESA PRELIMINAR

I – DOS FATOS

O(a) defendido(a) responde à presente ação penal imputando-lhe suposta prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. O relato dos fatos na denúncia carece de precisão e fundamentação adequada, não refletindo a realidade dos acontecimentos, motivo pelo qual a defesa apresenta sua versão dos fatos.

II – DO DIREITO

A Lei Maria da Penha visa proteger a mulher em situação de violência doméstica e familiar, garantindo medidas protetivas e assegurando o devido processo legal.

Entretanto, cabe salientar que a imputação deve estar baseada em provas robustas e concretas, respeitando-se o princípio da presunção de inocência previsto no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal.

III – DAS PROVAS

A defesa pretende produzir as seguintes provas para comprovar a inocência do(a) defendido(a) ou, ao menos, gerar dúvida razoável:

- Oitiva de testemunhas de defesa;

- Prova documental (ex.: mensagens, laudos, boletins de ocorrência anteriores);
- Perícia técnica, se necessária;
- Gravações e quaisquer outras provas que possam corroborar a versão apresentada.

IV – DAS MEDIDAS PROTETIVAS E REQUERIMENTOS

Caso Vossa Excelência entenda pela aplicação de medidas protetivas, requer-se que sejam razoáveis e proporcionais, para não acarretar prejuízo desnecessário ao(à) defendido(a), em respeito aos princípios do contraditório e ampla defesa.

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

1. O recebimento desta defesa preliminar, com a juntada aos autos;
2. A designação de audiência de instrução e julgamento, com a oitiva das testemunhas indicadas pela defesa;
3. A produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente as arroladas acima;
4. Caso Vossa Excelência entenda pela condenação, que seja considerada a dosimetria da pena com base nas circunstâncias legais e na primariedade do(a) defendido(a);
5. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser o(a) defendido(a) pessoa pobre na acepção jurídica do termo;
6. A intimação do Ministério Público para que se manifeste sobre as provas produzidas;
7. Ao final, a absolvição do(a) defendido(a), por ausência de provas suficientes para a condenação, nos termos do artigo 386, incisos II e VII, do Código de Processo Penal.

Termos em que,
Pede deferimento.

_____, _____
Local Data

Advogado(a)
OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-lex.com/defesa-maria-da-penha/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-lex.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.